

3

REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

O objetivo deste capítulo é fazer um diálogo com os estudiosos e pesquisadores brasileiros e internacionais que são considerados referência para a discussão e o entendimento do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua. Também serão apresentados neste capítulo alguns estudos realizados e dados estatísticos existentes em Cabo Verde sobre o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua.

3.1

Diálogo com os Autores e Pesquisadores Brasileiros e Internacionais

Para discussão e análise do nosso objeto de estudo, crianças e adolescentes em situação de rua em Cabo Verde, utilizaremos como aporte teórico a literatura acadêmica das Ciências Sociais e Humanas, como por exemplo os estudos dos Sociológicos, Antropológicos e Assistentes Sociais, numa perspectiva multidisciplinar. É de realçar que, como afirmamos no início desta dissertação, o nosso estudo foi baseado nos trabalhos produzidos por Lusk (1993) e Rizzini, Butler et all (2003), pois o enfoque adotado por estes autores é o que mais se aproxima do ponto de vista no qual discutimos e analisamos o fenômeno estudado. Basearemos nestes autores e pesquisadores também, porque estes são internacionalmente considerados referências para a discussão e compreensão do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua. E também porque pretendemos contrapor alguns aspetos da realidade das crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua em Cabo Verde com os da cidade do Rio de Janeiro.

A literatura acadêmica existente no Brasil e no exterior sobre o tema nos mostra que foi a partir da década de 1980 que o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua ganhou maior visibilidade em diversos países. Segundo Rizzini foi “*nos primeiros anos da década de 80, que pesquisadores começaram a focar a real situação em que se encontravam as crianças e adolescentes das classes populares. Foi neste contexto que os meninos de rua ganharam visibilidade, sendo então retratados como geração de rua*” (Rizzini et all, 2003, pg 19).

Foi neste período que o fenômeno começou a chamar a atenção dos estudiosos, pesquisadores e da sociedade como um todo. Pois a presença das crianças e adolescente nas ruas, além de incomodar, era vista como uma ameaça à sociedade. Este fenômeno se tornou num grande problema social tanto nos países desenvolvidos como nos países em via de desenvolvimento. Isso pode estar relacionado com o fato de que foi nesse período que as políticas neoliberais e a globalização começaram a ganhar força tanto nos países desenvolvidos como nos países da América Latina, como por exemplo, o Brasil, e acabou contribuindo para o surgimento de vários problemas sociais como: o aumento da desigualdade social e o agravamento da situação de pobreza em que a maioria da população, principalmente nos países do hemisfério sul e/ou países pobres, se encontravam. Neste sentido, as crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua se constituem como uma das manifestações mais evidentes da pobreza e da desigualdade social. É neste contexto de profunda desigualdade social e econômica que começou a aumentar o número de crianças em situação de rua nos principais centros urbanos como estratégias de sobrevivência dos mesmos e de suas famílias.

É nessa década (1980) ainda, que começaram a surgir no Brasil alguns movimentos da sociedade civil, Organizações Não Governamentais, questionando o porquê da existência das crianças e adolescentes nas ruas, assim como o tratamento repressivo e assistencialista que é conferido a essa camada da população. Esses movimentos visavam à garantia dos direitos desse grupo, o que levou ao surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil em 1990.

É nessa década também que vários pesquisadores começaram a se preocupar com a real situação que se encontravam as crianças e adolescentes das camadas mais pobres da sociedade brasileira. Neste sentido, começaram a pesquisar e estudar esta população tornando as suas realidades e o seu cotidiano mais visível. Podemos apontar como exemplo o estudo realizado por Rizzini em 1986 intitulado, “*Geração de rua*”, que foi um dos primeiros estudos realizados no Rio de Janeiro sobre o tema.

Outro estudo, também realizado pela essa mesma autora em 1995, intitulado “*Os deserdados da sociedade: os “meninos de rua” na América Latina*” contribuiu para um melhor entendimento do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua. Isso foi possível na medida em que foi elaborado um perfil tanto das crianças que se encontravam nas ruas no Brasil como na América Latina assim como foi feita uma sistematização dos estudos realizados e da bibliografia existente até o momento sobre crianças e adolescentes na América Latina. Com esse estudo, foi possível identificar e

traçar um perfil das crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas e a partir disso, pensar as questões que dizem respeito a essa camada da população e aprofundá-las através de estudos e pesquisas que foram realizadas posteriormente.

Outra publicação que veio a contribuir para o entendimento do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua foi o livro organizado por Fausto e Cervini em 1991 intitulado, “*O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano nos anos 80*”. Este estudo foi relevante para o entendimento do fenômeno, na medida em que reuniu vários autores que discutiram e questionaram os problemas que diziam respeito a essa camada da população, como também os mitos que estavam relacionados a elas.

Um dos mitos questionados pelos autores diz respeito aos “*menores abandonados*” e as suas famílias. Segundo estes autores as crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas eram vistas como “*menores abandonados*”. Mas, na verdade, estas crianças e adolescentes não eram necessariamente abandonadas, pois muitas delas tinham família e estavam na rua porque precisavam trabalhar para adquirir dinheiro para sua sobrevivência e da sua família (Rizzini e Rizzini, Vogel e Mello, 1991)

Cabe aqui destacar alguns autores e pesquisadores do estudo acima referido que deram uma importante contribuição para a ampliação, a discussão e o entendimento do tema aqui apresentado. A pesquisadora Alda Judith Alves (1991), no seu estudo, questionou sobre a possibilidade da criação de uma tipologia que mais se adequava às crianças e aos adolescentes que se encontravam nas ruas, assim como distinguir os que eram de rua e os que estavam nas ruas.

O estudo desta pesquisadora foi desenvolvido através de uma pergunta pertinente que nos leva a repensar e a refletir sobre a realidade das famílias das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Isso porque existiam muitas outras crianças e adolescentes que viviam a mesma situação, ou seja, que possuíam família nas mesmas condições socioeconômicas, mas não estavam nas ruas, não romperam os seus laços familiares e nem faziam da rua os seus locais de moradia, trabalho e lazer.

É nesta perspectiva que Alves pergunta

“O que faz com que, aparentemente enfrentando condições socioeconômicas igualmente desfavoráveis, algumas crianças permanecem ligadas as suas famílias, enquanto outras trocam a casa pela rua? Será que existem diferenças na história, estrutura e dinâmica, bem como em condições de vida das famílias desses dois grupos de menores que possam de alguma forma, contribuir para a manutenção ou a ruptura dos vínculos familiares?” (Alves, 1991, pg 119).

Tentando responder esta questão, Alves, Moura, Vogel e Mello entrevistaram 128 famílias em Goiânia, no qual quarenta e duas famílias tinham crianças e adolescentes que eram considerados de rua, pois viviam nas ruas; e oitenta famílias de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas, na medida em que estas crianças e adolescentes utilizavam o espaço da rua apenas para trabalhar, retornando todos os dias para a casa.

Na sua pesquisa Alves constatou que a maioria das crianças e adolescentes de rua pertencia á famílias chefiadas por mulheres; e estas crianças e adolescentes tinham dificuldades em estabelecer vínculos e de se relacionar com outras pessoas, o que não acontecia com as crianças e adolescentes que apenas trabalhavam nas ruas.

A pesquisa de Moura (1991) descreveu a situação de conflito e tensão que era vivida pelas crianças e adolescentes das famílias de baixa renda. Segundo este pesquisador, as crianças e os adolescentes viviam esta situação por dois motivos. Primeiro fazem parte de uma sociedade que super valoriza o consumo, mas as condições em que viviam não possibilitavam a sua inserção nessa cultura consumista. O segundo motivo é que estas crianças e adolescentes conviviam com outras crianças e adolescentes que estavam inseridas no mundo consumista, pois a rua lhes proporcionava as condições, o dinheiro, para sustentar esta cultura.

Outro aspecto importante discutido por estes pesquisadores é o fato de que a rua da cidade aparecia ser como um “*eldorado*” para as crianças e os adolescentes. Ou melhor, um lugar onde elas podiam ter liberdade e conseguiam dinheiro com facilidade. Esta discussão apareceu muito nos relatos das crianças e adolescentes da nossa pesquisa, como iremos ver mais em frente, que aponta a rua como um lugar onde elas podiam fazer tudo o que queriam, pois ninguém podia proibi-los ou impedi-los. Como também podiam conseguir dinheiro para comprar as coisas que os pais não podem oferecer, uma vez que a rua oferece algumas oportunidades para realização dos seus desejos de consumo imediato.

É nessa perspectiva que os pesquisadores mencionados acima perguntam nos seus estudos o que manteriam ainda outras crianças que tem o mesmo nível de vida nas suas casas? Neste sentido, Moura nos diz que as pessoas só abandonam o grupo no qual estão inseridas, ou seja, a família, quando esta não satisfaz as suas necessidades. Este pesquisador ainda diz que o que faz com que os jovens permaneçam junto a sua família

é a presença de afeto, a sensação de proteção, de segurança, de interdependência, de lealdade, e de solidariedade (Moura, 1991).

Os antropólogos e pesquisadores Vogel e Mello (1991), nas suas pesquisas constataram dois aspetos que nos ajudam a melhorar a compreensão do tema. O primeiro é o fascínio que a rua exerce sobre as crianças e jovens, uma vez que pode lhes proporcionar momentos de aventura e curiosidade. Isso está associado à cidade vista por eles como “eldorado”. O segundo aspecto discutido por estes autores é o que eles chamam do “*fenômeno da casa vazia*”, ou seja, a ausência de pessoas adultas no convívio diário das crianças em casa e a falta de rituais familiares. Estas situações podem contribuir para o empobrecimento do lar por um lado, e por outro, faz com que as crianças e jovens procurem outros espaços, e a rua acaba por ser uma alternativa.

“Violenta ou vazia, em muitos dos casos, a casa representa para as crianças uma perspectiva de servidão... este quadro mostra bem a transformação da casa, que deixa de ser um espaço onde a criança encontra abrigo, cuidado, orientação, ocasiões de sociabilidade e tempo livre para si mesma, para tornar-se um espaço de conflito, risco, solidão e servidão; onde, ao invés de lhe ser dada, a infância lhe é tolhida” (Vogel e Mello, 1991, pg 144).

Pode-se dizer que a literatura produzida nos anos de 1990 avançou um pouco mais do que a dos anos anteriores na discussão do tema, na medida em que a discussão não ficou presa a elaboração do perfil das crianças e dos jovens que se encontravam em situação de rua. Isso porque começaram a aparecer discussões e análises mais aprofundadas desse fenômeno. Podemos destacar a situação socioeconômica das famílias das crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua, que apareceu como um ponto importante para a compreensão desse fenômeno.

Essa nova perspectiva de análise contribuiu para que houvesse uma mudança de paradigma na discussão da família dos jovens estudados, tendo em conta que a família deixou de ser entendida e concebida apenas como incapaz e culpada pela situação na qual as crianças e adolescentes se encontravam, e passou a ser vista como uma instituição no qual eram negadas as mínimas condições que lhe permita satisfazer as suas necessidades e garantir a sobrevivência dos seus filhos.

A rua também passou a ser entendida de outra forma. Passou a ser vista como um espaço no qual as crianças e os jovens podiam se refugiar dos conflitos, das brigas e violências que aconteciam nas suas casas, assim como num lugar no qual poderiam

encontrar condições para sua sobrevivência e às vezes para sobrevivência dos seus familiares.

A literatura internacional produzida nessa época também deu uma contribuição relevante para a compreensão do fenômeno das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Cabe aqui destacar alguns autores e pesquisadores como Mark Connolly e Judith Ennew, que se destacaram internacionalmente devido aos seus estudos desenvolvidos nessa área de pesquisa e conhecimento.

Estes autores e pesquisadores discutiram o tema a partir de uma ótica que até então não tinha sido trabalhada por outros pesquisadores, que é o princípio da reconfiguração do espaço urbano moderno. Isso porque eles partem da discussão de que as crianças e adolescentes em situação de rua são crianças pobres que estão “*fora de lugar*” (*children out of place*). Estes autores fizeram a seguinte afirmação para ilustrar esta situação.

“(...) o deslocamento aparente daquelas crianças dos lugares que são comumente considerados ‘normais’ para as crianças ocidentais, modernas e de classe média, - suas famílias, escolas, e clubes organizados por adultos. Uma criança ‘fora de lugar’ é aquela que se encontra sem supervisão de um adulto e visível nas ruas centrais das cidades” (Cornnolly e Ennew, 1996, apud Rizzini, 2003, pg 34).

A discussão de crianças “*fora de lugar*”, levantada por estes autores está articulada a uma discussão mais crítica e questionadora do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua que apareceu nos últimos anos do século XX. Nesse período, vários autores começaram a procurar outras questões que levariam a verdadeira origem ou causas dos fatores que contribuem para a existência das crianças e dos jovens em situação de rua, deslocando assim o foco da discussão da criança apenas como um problema.

Esta nova perspectiva de análise da criança e adolescente em situação de rua está articulada a um debate mais amplo que surgiu no campo das Ciências Sociais, relacionada a uma nova área de estudo e de conhecimento chamado de “*sociologia da infância*”. Esta discussão é feita na Inglaterra através de alguns estudiosos como Allison James, Alan Prout e Chris Jenks. Esta nova abordagem trazida por estes autores deu uma contribuição relevante para a discussão e o entendimento do tema, uma vez que se propuseram a desmistificar e desconstruir os vários conceitos e preconceitos existentes sobre a infância.

Suas contribuições foram relevantes também, porque eles não definiam crianças e adolescentes em situação de rua apenas como aquelas que transformavam a rua nos seus espaços de moradia, trabalho e lazer. Por esses autores problematizarem a maneira discriminatória, excludente, preconceituosa e estigmatizadora pela qual a sociedade enxergava as crianças e jovens que estavam nessas situações, eles definiram as crianças e adolescentes em situação de rua como uma categoria social que reflete a visão específica da sociedade (Jenks et all, 1992; James, Prout et all, 1990 apud Rizzini, 2003, pg 35).

Tal idéia discutida por esses autores chama a nossa atenção pelo fato de que as crianças que se encontram nas ruas, não se encaixam na idéia que existe de uma criança “normal”. Deste modo, as crianças e os adolescentes que se encontravam em situação de rua eram considerados “anormais”. Então pode se dizer que ao conceituar as crianças e adolescente em situação de rua como “anormais”, não está se levando em consideração as suas necessidades, mas sim as da sociedade (Glouser, 1990 apud Rizzini, 2003).

A partir dos anos de 1990, começou a aparecer na literatura brasileira e internacional outra preocupação relacionada ao fenômeno, que foi a questão de gênero. Esta discussão foi bastante relevante para o tema, na medida em que até então não se fazia nenhuma discussão no sentido de diferenciar as meninas dos meninos, pois todas as crianças que se encontravam em situação de rua eram denominadas de “meninos de rua”. Outra preocupação que surgiu nessa década foi à necessidade de diferenciar os vários tipos de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas. Assim como a definição de uma terminologia mais adequada para designar as crianças e adolescentes que estavam nas ruas. Essa preocupação levou a uma mudança de paradigma no que diz respeito à compreensão e ao entendimento desse fenômeno nos anos 90. Segundo Rizzini,

“Nos últimos anos foi adotada uma nova série de termos denotando o caráter particular e efêmero da “situação” em que se encontram essas crianças como, por exemplo: “crianças em circunstâncias especialmente difíceis”, “crianças em situação de rua”, “crianças em situação de risco ou de vulnerabilidade”. Porém, apesar de os termos se referirem a diferentes circunstâncias adversas, as crianças e adolescentes que se encontram nas ruas continuam sendo os mais visíveis e acabam chamando mais a atenção e provocando a opinião pública (Rizzini, 2003, pg. 36).

Outra preocupação que surgiu nessa época também foi uma discussão realizada no sentido de distinguir e definir as crianças e adolescentes “*de rua*” das crianças e adolescentes “*nas ruas*”. Alguns autores que fazem esta discussão dizem que o que diferencia os “*de rua*” de os “*na rua*” é o grau de vínculos existente entre estes e os seus familiares. No caso das crianças e adolescentes denominados “*de rua*”, os seus vínculos familiares são fracos e muitas vezes já se encontram totalmente rompidos, na medida em que estas crianças e adolescentes já vivem nas ruas. E as crianças e adolescentes que se encontram “*nas ruas*”, os seus vínculos familiares são mais fortes porque apesar de passarem o dia inteiro nas ruas trabalhando, ao anoitecer retornam para a casa (Lucchini, 2003).

Segundo Lucchini, um dos principais problemas encontrados para a construção de uma tipologia de crianças de rua é a ausência de uma definição suficientemente precisa do que é criança “*de rua*”. E no que se refere aos vínculos, ao contato familiar, existe certa dificuldade em definir o grau de contato familiar dessas crianças. Pois

“na realidade, o grau não depende tanto de número de encontros da criança com seus pais, mas de sua qualidade. Essa última refere-se às expectativas afetivas, materiais e identitárias da criança com relação a seus pais e das respostas que esses lhes dão. Quando essas expectativas encontram respostas adequadas, temos certeza da qualidade da relação familiar” (Lucchini, 2003, pg 45).

Uma das primeiras contribuições no que se refere à tipologia das crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua foi dada pelo estudioso e pesquisador Lusk através do seu estudo sobre “*Meninos e meninas “de rua” no Rio de Janeiro: um estudo sobre sua tipologia*” (1993). Nesse estudo Lusk, mostrou a importância de definir e diferenciar os vários tipos de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas para se atingir um melhor entendimento e compreensão dos mesmos

Lusk classifica as crianças entrevistadas em quatro grupos distintos: o primeiro grupo ele chama de “*trabalhadores de rua com base familiar*”. Segundo o autor, a maioria das crianças que estão nas ruas mantém contato, pelo menos periodicamente, com seus familiares. Essas crianças são trabalhadores de rua e, geralmente entregam parte ou totalidade do que ganham como vendedores e/ou prestadores de serviços nas ruas para suas famílias. Apesar de estar trabalhando nas ruas, por tempo integral ou não, a maioria destas crianças e adolescentes vivem em seus lares com suas famílias e tem uma ligação forte e constante com as mesmas. É a necessidade de trabalhar para ajudar

na renda da família que os motiva a irem para as ruas. O segundo grupo é denominado de “*trabalhadores de rua independentes*”. Segundo Lusk o que diferencia os “*trabalhadores de rua independentes*” das “*crianças de rua com base familiar*”, é que no caso dos “*trabalhadores de rua independentes*” os vínculos com as famílias já começam a enfraquecer. Essas crianças e adolescentes começam a morar nas ruas em bases temporárias e começam a integrar na “*cultura da rua*” e alegam vários motivos para não voltarem para o convívio familiar. Deste modo, as crianças e adolescentes acabam por adotarem padrões que contribuem para que eles abandonem as suas famílias e se tornem “*meninos de rua*”. O terceiro grupo é denominado por Lusk de “*crianças de rua*”. No seu estudo, encontrou apenas um pequeno número de crianças e adolescentes que se enquadrariam nessa tipologia. O autor considera esta tipologia como um estágio final da trajetória da criança nas ruas. Estas crianças e adolescentes não têm contato com suas famílias, ou seja, não possuem vínculos com os seus familiares e moram nas ruas. O quarto grupo é denominado de “*crianças de famílias de rua*”. São crianças que passam o dia inteiro com as famílias, geralmente as mães, nas ruas. Segundo o autor, essas famílias podem ser definidas como um grupo de indivíduos que se relacionam entre si e que vivem ou trabalham nas ruas (Lusk, 1993, pg 163 - 166).

Fazendo um contraponto com as tipologias de Lusk, cabe aqui colocar as categorias nas quais as crianças e adolescentes Caboverdianas que se encontra em situação de rua podem ser enquadradas segundo o estudo realizado pelo Instituto Caboverdiano de Menor intitulado “*Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua face ao DST / VIH / SIDA*” em 2005. Primeiro, crianças inseridas em territórios protegidos em seus bairros de origem (não são crianças em situação de rua embora possam ser encontradas em grupos de convivência pelas ruas dos bairros periféricos); segundo, crianças em situação de rua em seus bairros de origem (estão em situação de rua embora não se desloquem para longe de seus locais de moradia); terceiro, crianças em situação de rua constituindo territórios em espaços nobres ou de muita circulação de bens e pessoas de classes superiores (mora parcial ou permanentemente na rua); quarto, crianças em situação de rua longe de seus locais de moradia exercendo atividades a mando dos familiares (são na maioria das vezes vendedoras ambulantes e moram geralmente em casa de familiares). Este estudo mostra ainda que as crianças e adolescentes em situação de rua nos centros urbanos ocupam espaços como praças, arredores de bares, restaurantes, supermercados e esquinas das ruas mais movimentadas. Segundo este mesmo estudo apesar destas crianças e

adolescentes estarem nas ruas, eles voltam para a casa ao anoitecer ou então dormem na casa de familiares ou conhecidos.

Levando em consideração tanto as tipologias apresentadas por Lusk e as categorias apresentadas no estudo de ICM, podemos dizer que as crianças e adolescentes entrevistadas na nossa pesquisa se enquadram no grupo denominado pelo ICM de “*crianças em situação de rua em seus bairros de origem*” que se complementa com o que Lusk denomina de “*trabalhadores de rua com base familiar*”. Isso porque, o que percebemos durante o período da pesquisa é que algumas crianças e adolescentes da cidade de Porto Novo – ilha de Santo Antão estavam em situação de rua nas suas cidades, e também algumas delas faziam algum tipo de atividade que lhes davam um retorno financeiro. Isso nos permite enquadrá-los também no grupo denominado por Lusk de “*trabalhadores com base familiar*”, na medida em que passavam grande parte do tempo nas ruas fazendo as suas atividades, mas ao anoitecer eles regressavam para casa dos familiares, amigos ou conhecidos. Isso nos leva a dizer que as crianças e adolescentes entrevistadas na nossa pesquisa são crianças e adolescentes *na rua* e não *de rua*, pois nenhuma delas mora nas ruas.

O estudo do ICM que mencionamos acima nos mostra que 72% das crianças e adolescentes Caboverdianas que se encontrava em situação de rua não chegaram a romper seus vínculos com as famílias, e 60% destes desenvolvem algum tipo de atividade para ganhar dinheiro e contribuem na renda da família. Os dados desse mesmo estudo mostram que a grande maioria das crianças que vimos nas ruas, não pode ser considerada como crianças *de rua*, porque num total de 663 crianças entrevistadas nos principais centros urbanos do país, apenas 5% delas se enquadrariam adequadamente na categoria de crianças de rua.

“Quando inseridas em estruturas familiares mais austeras, as crianças na rua, não conformam territórios, mas circulam pelos centros das cidades vendendo e prestando serviços de forma isolada. São levadas pelos pais a prestarem pequenos serviços e estão com frequência associadas ao pequeno comércio ambulante de bens alimentícios não perecíveis, retornando com os recursos para a casa de forma muito regrada. Crianças na rua buscando recursos sob austero regramento familiar, embora sem o zelo constante do olhar paterno, constituem a maioria dos sujeitos desta pesquisa. Essa é a maior categoria de crianças trabalhadoras em situação de rua, com 30,7% do universo”. (ICM, 2005, pg 31).

Ao contrário da realidade Brasileira, no qual podemos encontrar até duas gerações de pessoas que moram nas ruas, em Cabo Verde isso não é uma realidade, pois até o momento não se tem no país nenhum estudo e/ou pesquisa ou dados estatístico que apontem para a existência de crianças e adolescentes que nasceram e vivem nas ruas. Neste sentido, no item que se segue faremos uma discussão do fenômeno em Cabo Verde.

3. 2

O que os Estudos revelam sobre as Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em Cabo Verde

Em Cabo verde o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua, apesar de estar se tornando cada vez mais amplo e visível, não ocupa um lugar de destaque na agenda dos problemas sociais na atual conjuntura política, econômica e social do país. Isso pode se justificar pelo fato de que as questões que envolvem a camada juvenil durante muito tempo foram deixadas em segundo plano, subestimadas, em relação a sua especificidade e profundidade, pois envolvem vários aspetos que deveriam ser enfrentados através de políticas sociais e não com políticas repressivas e assistencialistas.

Para discutir e analisar o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua em Cabo Verde, tomamos como ponto de partida a realidade das crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas da cidade da Praia - ilha de Santiago, ilha no qual é visível a existência de crianças e adolescentes em situação de rua. Deste modo, surgiram algumas indagações e/ou questionamentos: existem crianças e adolescentes em situação de rua nas outras ilhas ou este é um fenômeno exclusivo dos centros urbanos? Se existe, quem são essas crianças e adolescentes? O que fazem nas ruas? Por quais motivos estão na rua? Qual a sua trajetória de vida? O que pensam? Quais são os seus projetos de vida, desejos, anseios e angustias? O que a rua representa para eles?

A nossa hipótese foi de que um dos fatores que contribuem para que algumas crianças e adolescentes partam para as ruas em Cabo Verde, assim como se dá no caso brasileiro e em outros países, é a situação socioeconômica vivida pelas famílias destas crianças e adolescentes. Cabo verde é um país insular, pobre, subdesenvolvido, no qual grande parte da população vive da agricultura e da pesca. E nas últimas décadas constatou-se que a situação de pauperização das famílias Cabo-verdianas se intensificou

consideravelmente. De acordo com o INE, os dados de Inquérito Demográfico sobre Renda Familiar (IDRF) realizado em 2001/02 mostraram que cerca de 37% da população Cabo-verdiana era pobre, e do total desses pobres 54% eram considerados muito pobres, o que correspondia a 20% da população do país (INE, 2002).

Segundo o estudo do ICM, *“em face dos altos índices de pobreza assinalados, uma parte considerável da população está obrigada a viver constantemente em estado de alerta, buscando cada vez mais estratégias fundadas na urgência que a pressão por recursos materiais impõe”* (ICM, 2005, pg 7). Neste sentido, pode-se dizer que o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua está intimamente articulado, ou seja, tem como base à situação de pobreza como afirmamos anteriormente, que se caracteriza por ser feminina e juvenil.

É neste contexto de pobreza ou de extrema pobreza que a rua aparece como uma alternativa de sobrevivência para as crianças e adolescentes. Deste modo, as crianças e adolescentes se sentem “desafiados”, motivados ou forçados a irem para as ruas com objetivo de buscar recursos que possam contribuir para sua sobrevivência e algumas vezes de sua família. Este recurso em alguns casos acaba por se tornar a única renda da família e alguma criança ou adolescente se torna o chefe da família. Neste sentido, Lusk afirma que *“o fenômeno dos “meninos de rua”, pode ser entendido como um elemento, dentro de um padrão social mais abrangente, de luta por parte dos habitantes do setor da periferia para terem acesso às suas necessidades básicas”* (Lusk, 1993, pg 161).

A nossa pesquisa acabou por confirmar esta hipótese. Como veremos no capítulo IV, a maioria dos nossos informantes, relataram que foram para rua porque a sua família passava por dificuldades financeiras e econômicas, o que os impossibilitavam de satisfazer as necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia etc.

Uma segunda hipótese que levantamos, foi à ausência de políticas públicas eficientes e eficazes de atendimento as crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. Durante a pesquisa percebemos, através do contato com algumas instituições públicas e privadas do país, que são raras as iniciativas do governo voltadas para o atendimento desse público, como por exemplo, desenvolvimento de políticas sociais, programas educacionais, políticas de emprego, rede articulada de atendimento a essa camada da população, etc., com objetivo de garantir os direitos de cidadania dessas crianças e adolescentes, assim como dos seus familiares. O que se percebe é um movimento das ONGs e da sociedade civil junto a este público, fazendo um trabalho emergencial, focalizado e pontual, tornando as crianças e adolescentes apenas

receptores de caridade, da ajuda e da filantropia, pois o objetivo maior destas instituições é de ajudá-los a sobreviver.

Cabe ressaltar que não devemos perder de vista o caráter histórico e político da questão da criança e do adolescente, pois acreditamos que a nossa prática e a nossa intervenção devem ser no sentido de reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos. É necessário perceber a criança e o adolescente como uma categoria social e entender que são cidadãos de direitos, sujeitos da sua própria história. Isto deve ter visibilidade tendo em vista o tratamento repressivo e assistencialista que foi conferido a esta parcela da sociedade ao longo da história, que os reconhecia somente pelas suas carências e debilidades¹. Além disso, o tratamento ao longo da história não somente tinha um caráter repressor e discriminatório como também moralizador o que implicava em retirar todo o conteúdo político destas questões. Os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos são de suma importância. É pertinente dar visibilidade e totalidade a estes fenômenos, encarando-os não como frutos do acaso, mas, sobretudo, frutos das relações estabelecidas e construídas processualmente ao longo da história.

Para discutir a questão das crianças e adolescentes em situação de rua em Cabo Verde é necessário levar em consideração duas variáveis que são importantes para compreensão desse fenômeno. Estas variáveis são crianças *na rua* e crianças *de rua* que estão intimamente articulados com dois diferentes espaços por eles ocupados. O primeiro é quando as crianças e adolescentes ocupam as esquinas periféricas próximas das suas residências. Estas crianças e adolescentes podem ser enquadradas no grupo das crianças que estão nas ruas. O segundo é a ocupação das ruas dos principais centros urbanos pelas crianças e adolescentes. Essas crianças e adolescentes podem ser enquadrados no grupo das crianças e adolescentes denominadas de meninos de rua.

“A especificidade da forma como a problemática da situação de rua se apresenta em Cabo Verde permite distinguir dois tipos de territórios de sociabilidade de rua construídos pelas crianças e adolescentes. As territorialidades construídas nas esquinas, praças e polivalentes e outros espaços públicos dos próprios bairros de moradia das crianças e as territorialidades construídas nos espaços nobres e/ou centrais dos meios urbanos” (ICM, 2005, pg 16).

O que diferencia o grupo de crianças e adolescentes *na rua*, do grupo de crianças e adolescentes *de rua*, é que os primeiros apesar de passarem grande parte do seu tempo

¹Quando os adolescentes são reconhecidos somente pelas suas carências e debilidades, retira-se o caráter subjetivo (seus desejos, sonhos, aspirações) sendo remetidos a práticas condenatórias e pautadas no controle de seus comportamentos.

na rua brincando com outras crianças ou aguardando para ser chamado por uma pessoa adulta para transmitir recados ou para prestar pequenos serviços que lhes dão um retorno em dinheiro ou comida, ao anoitecer eles voltam para casa. Já as crianças e adolescentes *de rua* apesar de utilizarem também o espaço da rua para sobrevivência através de prestação de pequenos serviços, utilizam esse espaço como moradia. Outro fator que diferencia as crianças e adolescentes *de rua* das crianças e adolescentes *na rua* são os vínculos familiares, pois no caso das crianças e adolescentes considerados *de rua*, os seus vínculos familiares são fragilizados e eles não têm contato com suas famílias com frequência. Somos conscientes de que não é apenas estes dois fatores que fazem com que uma determinada criança seja considerada uma criança de rua, pois ser uma criança de rua envolve muitos outros aspectos. Para fundamentar esta discussão, cabe aqui colocar a contribuição de Lucchini, que nos diz o seguinte:

“(...) ‘criança de rua’ não pode ser definida unicamente a partir de critérios tais como presença na rua e ausência de relações com os membros de sua família. Por outro lado, a noção trajetória desenvolvida pela sociologia da marginalidade encontra uma aplicação interessante para esse caso. Essa trajetória é um elemento constituinte da heterogeneidade psicossociológica que caracteriza as ‘crianças de rua’. Uma criança não se torna uma ‘criança de rua’ de um dia para outro, mesmo quando ela é expulsa da sua casa ou quando ela abandona bruscamente a moradia familiar. O fato de estar na rua durante um período de tempo prolongado é um critério importante para distinguir a ‘criança de rua’ das outras crianças. Mas, ele é insuficiente para identificar a ‘criança de rua’ como uma categoria social particular” (Lucchini, 2003, pg 46).

A ocupação das esquinas pelas crianças e adolescentes não é motivo de preocupação para os governantes do país apesar de existir uma grande quantidade de crianças e adolescentes nesta situação. Essa situação parece ser considerada normal e natural na medida em que a sociedade a entende como parte da socialização juvenil. Já a ocupação das ruas dos principais centros urbanos como Praia, Mindelo e Sal pelas crianças e adolescentes, causa alguma mudança de comportamento em algumas pessoas. Pois, é visível no país uma movimentação, tanto do governo como da sociedade civil (principalmente dos empresários e comerciantes), no sentido de contratar cada vez mais seguranças para trabalharem nos maiores supermercados e pontos turísticos do país. Como acontece no caso brasileiro, a preocupação é de “limpar” as ruas, pois a presença das crianças e adolescentes “*mancha*” o cartão postal das ilhas turísticas e também porque é vista como uma ameaça à sociedade, na medida em que pode prejudicar a

economia do país já que as atividades de maior concentração do país são o comércio, o setor de serviços e o turismo, e são nesses espaços que se encontram a maior concentração de crianças e adolescentes em situação de rua.

A presença de crianças e adolescentes nas ruas dos principais centros urbanos, segundo o estudo do ICM,

“(...) faz com que em Cabo Verde, comece a se intensificar a contratação de pessoal de segurança para operação de controle e “limpeza” em frente aos maiores supermercados das principais cidades é o fato de que as crianças em situação de rua irritam o sistema econômico. Da mesma forma se em Mindelo, em conjunturas de pico do turismo, operações de retirada fazem as crianças em situação de rua desaparecerem das margens desses circuitos econômicos isso se deve à irritabilidade da territorialidade de rua sobre os sistemas econômicos e políticos” (ICM, 2005, pg 18).

No que diz respeito aos vínculos familiares, este estudo mostra que os elos familiares não são suficientes para manter as crianças em casa e que também os pais (geralmente apenas mães), não têm condições econômicas e nem uma estrutura socio-psicológica para assegurar uma proteção afetiva a essas crianças e adolescente. Neste sentido, estar na rua significa a busca de recursos para sobrevivência através de mendicância e oferta de serviços como transmitir recados, lavar carros entre outras atividades por elas desenvolvidas que possam dar algum retorno em dinheiro.

“(...) a maior parte das crianças em situação de rua não chega a ter uma fase de ruptura dos vínculos com a família (de origem ou adotiva) a ponto de pernoitar na rua por um período suficientemente longo para que possa, nesse período, ser tomada como criança de rua. As crianças na rua constituem o universo de recrutamento das crianças de rua e as duas categorias não devem ser tomadas como definindo segmentos estanques, mas sim como estágios de processos reversíveis de mudanças nas trajetórias dessas crianças e adolescentes, de tal modo que qualquer estatística diferenciando os dois segmentos deve ser considerada uma fotografia instantânea, substancialmente alterável em um período curto tempo” (ICM, 2005, pg 19).

Foram identificados ainda neste estudo três fatores que levam a ruptura de laços de crianças em situação de rua com as suas famílias: primeiro, a precariedade sócio-econômica; segundo, a irresponsabilidade masculina na paternidade; terceira, a violência doméstica, no qual os homens são os principais protagonistas.

O estudo mostra que a violência no interior das famílias, em especial a dos pais sobre os filhos, é muito presente nas falas das crianças e adolescentes em situação de ruptura familiar, pois 56,2% das crianças e adolescentes em situação de rua relataram

que já sofreram algum tipo de violência em casa. As crianças e adolescentes entrevistados nesse estudo apontam como principais agressores os familiares, companheiros de rua e os policiais com 33.5%, 30.8% e 3.5% respectivamente.

No que diz respeito à frequência escolar das crianças e adolescentes em situação de rua, o estudo do ICM, mostra que 53% vão para a escola todos os dias; 2.1% vão às vezes para escola e 44% não frequentam a escola. Esses dados podem apontar para a existência de uma relação entre o rompimento dos vínculos familiares e o abandono escolar, pois as crianças e adolescentes que não frequentam a escola provavelmente podem ser aqueles que já romperam os seus vínculos e são crianças e adolescentes de rua.

O estudo do ICM e o nosso estudo acabam por confirmar a nossa hipótese de que em Cabo Verde as crianças em situação de rua podem ser incorporadas na categoria de crianças e adolescentes na rua e não de rua. Isso porque todas as crianças e adolescentes que fizeram parte do nosso estudo dormem na residência dos seus familiares ou conhecidos. E no estudo do ICM foi constatado que, 89.4% das crianças entrevistadas eram crianças na rua e apenas 5% eram crianças de rua. O estudo ainda mostra que 65.6% das crianças entrevistadas dormiam na casa de familiares e/ou conhecidos e/ou amigos.

O estudo do ICM, também aponta que 70% das crianças e adolescentes encontradas em situação de rua consideram que vivem com a mãe enquanto que apenas 31.9% relataram que vivem com o pai. Esses dados reafirmam que mais da metade das crianças e adolescentes que estão em situação de rua, não são *de rua*. O estudo revela ainda que cerca de 60% dos entrevistados relataram que exerciam algum tipo de atividade na rua para conseguir dinheiro. As crianças apontaram como principais atividades por eles desenvolvidas para ganhar dinheiro, vendedor ambulante (30.7%); lavadores e guardadores de carros (16.9%) e carregadores de sacos e caixas (9.9%).